

## ENSINO PRIVADO

NEGOCIAÇÃO COLETIVA 2012

## Educação Básica aprova proposta para acordo

Os professores da Educação Básica aprovaram, em assembleia geral, no dia 28 de abril, a proposta para acordo negociada entre Sinpro/RS e Sinepe/RS para a CCT 2012

Consensuada entre o Sinpro/RS e o Sinepe/RS após dois meses de negociação e oito reuniões realizadas, a proposta garante aos professores da Educação Básica (veja quadro) a reposição da inflação (INPC); 5% de aumento real para os pisos; 1% de aumento real para toda a categoria e mais 0,5% para os professores que atuam na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental; dá a possibilidade de compensar feriado-ponte; determina o pagamento de hora normal para os sábados trabalhados no caso de rescisão contratual; reduz gradativamente o percentual de aprimoramento acadêmico para os professores da Educação Infantil e anos iniciais, com graduação; e garante o pagamento de deslocamento, hospedagem, alimentação e de carga horária no caso de intercâmbio do professor ao exterior.

“O resultado da campanha salarial foi positivo para os professores”, avalia Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. “Além de garantir a reposição da inflação e aumento real para todos os docentes da Educação Básica, valorizou o segmento que ganha os menores salários: os que recebem o piso (25% da categoria) e os que atuam na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental”.

Cecília afirma que uma das lutas do Sinpro/RS será a da equiparação gradativa dos valores recebidos pelos professores na Educação Infantil e nos anos iniciais com os valores recebidos nos anos finais do Ensino Fundamental. “Precisamos corrigir essa distorção”, expõe. “O adicional de aprimoramento acadêmico por graduação para os professores da Educação Infantil e anos iniciais precisa ser gradativamente substituído pelo aumento real do valor hora-aula, pois é sobre ele que incidem todas as vantagens garantidas pela Convenção Coletiva de Trabalho”, explica Cecília.

A proposta para acordo será encaminhada pela comissão de negociação do Sinepe/RS para a assembleia das instituições de ensino nos próximos dias.

## EDUCAÇÃO SUPERIOR

Na assembleia, a direção do Sinpro/RS relatou também aos professores a negociação na Comissão da Educação Superior, que ainda não che-



Foto: Karen Pedreira/Imagem

Auditério lotado para avaliar as negociações salariais

gou a uma proposta para acordo. Os representantes dos professores acusam os gestores da Educação Superior de estender as negociações na tentativa de desgastar o processo e de insistir na lógica do “saldo zero”. “Para eles, qualquer avanço impõe a retirada de direitos na mesma medida”, aponta Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS. Na última rodada de negociação, a comissão patronal avançou propondo o reajuste de 6,5% no piso salarial e 6% nos salários a partir de maio, mas impôs a redução de 3% para 2,5% no adicional por tempo de serviço – ATS, e a ampliação no prazo para o pagamento dos salários até o 5º dia útil (atualmente é até o dia 5). Os dirigentes do Sinpro/RS rejeitaram a redução do adicional por tempo de serviço,

## MOVIMENTO

A assembleia também elegu os delegados para o 13º Congresso Estadual da CUT (Cecut), que será realizado de 25 a 27 de maio, em Porto Alegre; o 11º Congresso Nacional da CUT (Concut), que ocorrerá de 9 a 13 de julho, em São Paulo, e para o 8º Congresso da Contee (Conatee), agendado para 31 de agosto a 2 de setembro, em São Paulo.

## Reitores não se posicionaram

No dia 27 de abril, professores e funcionários fizeram uma vigília durante a reunião dos reitores que integram o Comung – Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas, realizada na sede da Unisc, em Santa Cruz do Sul. A coordenação da campanha salarial dos trabalhadores entregou ofício aos reitores solicitando a inclusão das propostas de reajuste salarial das categorias na pauta da reunião. A resposta veio somente três dias após, por e-mail: a negociação salarial entrou na pauta, mas os reitores das universidades ratificaram o posicionamento de que o assunto seja tratado entre os sindicatos dos trabalhadores e a comissão do Sinepe/RS.



Foto: César Rieger – Agência Sinpro/RS

ANHANGUERA

## Audiência Pública discutiu demissões

A Comissão de Educação da Assembleia Legislativa discutiu no dia 24 de abril as denúncias das demissões em massa na Anhanguera Educacional no estado. A audiência contou com a presença do Sinpro/RS, Contee e demais entidades sindicais do ensino privado da base da Fetee/Sul, que solicitaram a manifestação dos parlamentares ao MEC, reforçando o pedido de fiscalização na Anhanguera, bem como ao Ministério Público do Trabalho.

O deputado Alexandre Lindenmeyer, proponente da audiência, considerou que há casos de crime contra a organização sindical,

cabendo denúncia ao Ministério do Trabalho e ressaltou a necessidade de levar as denúncias ao MEC e ao Congresso Nacional. “Farei um pronunciamento na tribuna denunciando as irregularidades relatadas nesta audiência, que devem ainda ser reiteradas ao MEC. Também vamos buscar uma audiência pública no Congresso Nacional”, sinalizou o parlamentar. Lindenmeyer lamentou a ausência de representantes da Anhanguera e lembrou que irregularidades ocorrem também em outros estados onde a instituição atua.

A Anhanguera possui seis unidades no RS e no final de 2011 demitiu cerca de 20% do quadro de docentes em Pelotas, Rio Grande

e Passo Fundo. As dispensas ocorreram logo após a finalização da avaliação institucional feita pelo MEC nas unidades do grupo. Em todo o país foram cerca de 1,5 mil professores demitidos de dezembro de 2011 a fevereiro deste ano.

O diretor do Sinpro/RS, Amarildo Cenci, apresentou os dados das demissões e irregularidades. “O modelo proposto pela Anhanguera de uma educação aplicada na bolsa de valores é um prejuízo à educação. Não é um modelo pedagógico, mas um modelo de negócio que visa apenas os lucros e mercantilização da educação”, denunciou. O dirigente também destacou práticas da instituição como aulas presenciais apenas de segunda a quarta-feira, até às 22h, e o excesso de alunos por turma.

O Coordenador Regional Sul da Contee, Cássio Bessa, informou que a Confederação terá uma audiência com o ministro da Educação, no dia 10 de maio, para apresentar essa realidade.

“A unidade da Anhanguera em Rio Grande possui 4 mil alunos e apenas 96 professores. No curso de Direito, havia mais de 160 alunos em uma única turma”, acrescentou Ivo Motta, diretor do Sinpro/RS na Regional de Rio Grande.

A audiência também contou com depoimento de um professor de Passo Fundo demitido da Anhanguera em 2010 por defender o direito dos dirigentes sindicais de visitarem a instituição e conversar com os docentes.



Foto: Gabriela Gennari/Agência Sinpro/RS

Comissão de Educação da Assembleia recebeu entidades sindicais do ensino privado

## SINPROVANTAGEM

sinprovantagem@sinprors.org.br

**BENTO GONÇALVES**  
INSTITUTO DE OFTALMOLOGIA BENTO GONÇALVES. 50% de desconto à vista nas consultas e exames. Antonio Lorenzoni, 20 – (54) 3454.4647 – oftalmobento@hotmail.com

**ÓPTICA ANAVIC.** 20% de desconto à vista, 10% a prazo, ou 10 vezes no cartão. Ramiro Barcelos, 393 Sala 300 – (54) 3701.1660 – opticaanavic@hotmail.com

**OSÓRIO**  
LIVRARIA E PAPELARIA MICHELANGELO. 10% de desconto à vista na papelaria e 5% à vista em livros e brinquedos. Jorge Darva, 1045 Sala 01 – (51) 3663.6223 – livrariamichelangelo@hotmail.com

**AGAFARMA FARMÁCIA.** Até 25% de desconto nos medicamentos genéricos, 10% nos de referência, 15% nos similares e 10% na perfumaria. João Sarmiento, 437 Sala 01 – (51) 3663.5570 – aga481@agafarma.com.br

**PORTO ALEGRE**  
NC FITNESS. ACADEMIA, GRUPO DE CORRIDA E CAMINHADA. 20% de desconto. Andradas, 1237 Conjunto 32 – (51) 9228.1252 – ncfitnessacademia@gmail.com – www.ncestetica.com.br/fitness

**CENTRO ESTÉTICO BETTEGA.** TRATAMENTOS ESTÉTICOS 20% de desconto à vista e 15% a prazo para fisioterapia, nutrição, cosmetologia e outros tratamentos. Castro Alves, 667 – (51) 3086.0161 – atendimento@clinicabettega.com.br

**CLINIVIDA RS. DEPENDÊNCIA QUÍMICA, FISIOTERAPIA, QUIROPRAXIA E MEDICINA TRADICIONAL CHINESA.** 50% de desconto. General João Telles, 292 – (51) 3737.7559 – clinividasr@clinividasr.com.br – www.clinividasr.com.br

**THIPPOS LEO ZAMPER. HAIR AND STYLE.** 20% de desconto no corte feminino

e masculino, design de unhas, maquiagem e design de sobrancelhas. Otávio Correa, 84 – (51) 3094.3325 – leozampere@hotmail.com – www.thipposblogspot.com.br

**SANTA MARIA**  
DRA. CLARICE TERESINHA C. PASE. ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL. Informe-se sobre os benefícios especiais diretamente com a Clínica. Alberto Pasqualini, 70 Torre Ribas – (55) 3347.2719 – claripas@botmail.com

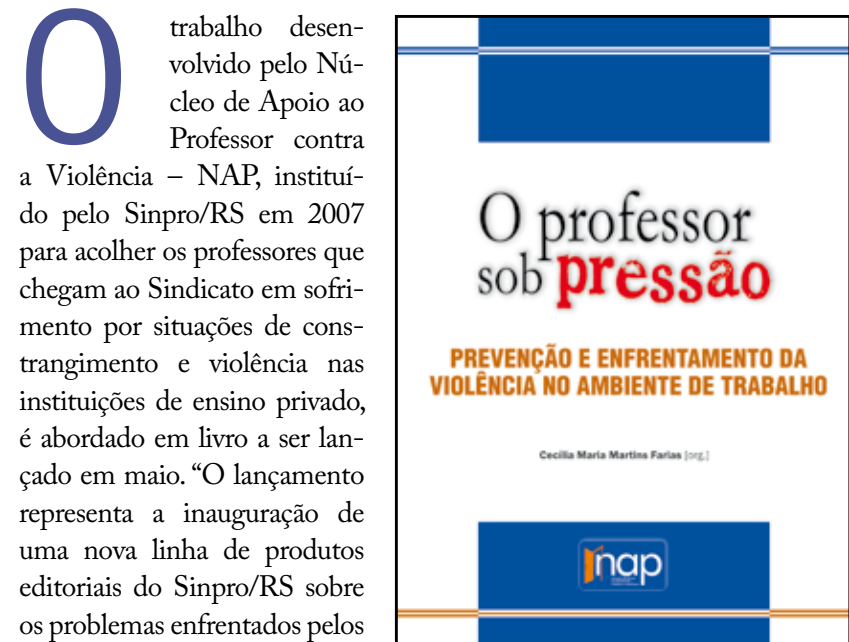
**VIVACIN CLÍNICA DE VACINAS.** R\$ 35,00 à vista para aplicação da vacina da gripe (H1N1 + sazonal) até agosto 2012. Travessa Cassel, 25 – (55) 3221.1323 – vivacin\_vacinas@botmail.com

**SANTA ROSA**  
CONFETARIA DONA ELLA. 8% de desconto. Cristóvão Colombo, 127 – (55) 3512.3698 – verajahn@terra.com.br

## ENSINO PRIVADO

## Violência contra professores é tema de livro

Publicação contempla proposta do Sinpro/RS de produzir literatura sobre as questões do ensino privado



O trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Apoio ao Professor contra a Violência – NAP, instituído pelo Sinpro/RS em 2007 para acolher os professores que chegam ao Sindicato em sofrimento por situações de constrangimento e violência nas instituições de ensino privado, é abordado em livro a ser lançado em maio. “O lançamento representa a inauguração de uma nova linha de produtos editoriais do Sinpro/RS sobre os problemas enfrentados pelos professores no ensino privado gaúcho”, destaca Marcos Fuhr, diretor do Sindicato.

Este primeiro livro *O professor sob pressão – Prevenção e enfrentamento da violência no ambiente de trabalho* (Carta Editora, 104 p.) traz a análise de especialistas sobre as situações de violência vi-

enciadas no ambiente de trabalho e os caminhos possíveis para a sua prevenção e enfrentamento por parte dos profissionais e instituições de ensino. A obra reúne artigos de professores, psicólogos, representantes do Judiciário e outros especialistas acerca de situações de constrangimento protagonizadas por alunos e dirigentes no ambiente escolar, bem como os casos de violência implícita e explícita, assédio moral, discriminação, ameaças, assédio por meio virtual e assédio sexual sofridos por docentes no exercício profissional.

O lançamento com sessões de autógrafos será em Porto Alegre, na Fnac (BarraShoppingSul), dia 21, às 19h30min; e em Caxias do Sul, na Saraiva MegaStore (Shopping Iguatemi Caxias), dia 28, às 19h30min.

“Os relatos da violência contra professores nas instituições de ensino privado motivaram o Sinpro/RS a investigar as causas e os desdobramentos dessas situações para os docentes. Os resultados obtidos oferecem um panorama claro sobre os tipos de violência sofrida pelos docentes e indicam a necessidade de continuar alertando sobre os reflexos prejudiciais da violência, reivindicando junto ao Sindicato patronal maior atuação das direções de escolas para prevenir e reprimir essas atitudes desrespeitosas de alunos, pais e coordenadores que desqualificam o professor e comprovadamente são fator de adoecimento”, ressalta Cecília Farias.

A obra tem organização da diretora do Sinpro/RS e coordenadora do NAP, Cecília Farias, que oferece aos leitores uma detalhada explanação sobre as atividades do NAP e as pesquisas que comprovam o alto índice de comprometimento da saúde dos

## EDUCAÇÃO INFANTIL

## Começa negociação entre Sinpro/RS e Sindicreches

Inicia neste mês de maio a negociação salarial 2012 entre Sinpro/RS e Sindicreches, que contempla os professores que atuam nas escolas exclusivamente de Educação Infantil de todo o estado. Uma assembleia geral de professores avaliou, no dia 5, a pauta de reivindicações deste ano, que tem como destaque o reajuste dos salários pelo INPC do período (projetado em 4,72%) e 10% de aumento real. Além disso, consta na pauta o pedido de férias no período de janeiro ou fevereiro; recesso de sete dias em julho; plano de saúde com participação das escolas e ampliação do adicional por tempo de serviço de 3% para 5% a cada quatro anos. As reivindicações vão ao encontro de uma política de valorização do profissional que atua na Educação Infantil. “Esta é a etapa mais importante da educação e precisa de professores reconhecidos e valorizados, por isso buscamos o aumento real, com base no reajuste do salário mínimo, e a ampliação do adicional por tempo de serviço, para incentivar a carreira dos professores nas escolas”, explica o diretor do Sinpro/RS, Celso Stefanoski. A data-base da categoria é 1º de maio.

## QUALIFICAÇÃO

## Sorteadas bolsas-auxílio do FAQ

Os professores doutorandos Luciana Paim Pieniz, de Cruz Alta, Rosalia Figueiró Borges, de Novo Hamburgo, e Luiz Felipe Schervenski Pereira, de Alegrete, foram contemplados com bolsas-auxílio do Fundo Rotativo de Apoio à Qualificação Docente (FAQ), edição 2012. O sorteio ocorreu no sábado, 28 de abril, na sede do Sinpro/RS em Porto Alegre. Instituído em 1999, pelo Sinpro/RS, o FAQ é destinado à concessão de financiamento parcial a professor associado para o desenvolvimento e a conclusão de projeto de qualificação em Programa de Pós-Graduação. Nesta edição, foram destinadas três bolsas-auxílio para doutorandos.

NOTAS

TRABALHO EXTRACLASSE

## Sindicatos terão nova reunião com mediação do MPT

Ocorre ainda neste mês de maio a quarta reunião entre Sinpro/RS e o Sinepe/RS, com mediação do Ministério Público do Trabalho (MPT), para discutir o excesso de trabalho extraclasses no ensino privado e o direito dos professores ao descanso. O encontro, que estava agendado para o dia 23 de abril, foi cancelado e o Sindicato aguarda a nova agenda.

Na última reunião, em 30 de março, o Sinpro/RS apresentou o contraponto ao documento apresentado pelo Sinepe/RS destacando que o trabalho do professor tem jornada de trabalho, é específica

**SINDICALIZAÇÃO** – A Campanha de Sindicalização do Sinpro/RS já associou 740 professores desde fevereiro, quando foi lançada. A meta é sindicalizar 1.714 professores até dezembro. Destaca o papel do Sindicato em relação à carreira dos docentes e às conquistas. O Sinpro/RS conta com 17.880 associados, mais de 50% da categoria no estado.

**PONTO EXTRACLASSE** – Os professores estão aderindo à proposta do Sinpro/RS de registrar o tempo e as tarefas realizadas fora da carga horária contratada e sem remuneração. Somente no início deste ano foram registrados mais de 400 downloads da planilha Ponto Extraclasses, disponibilizada no site do Sindicato ([www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)). A iniciativa tem como objetivo dar a dimensão do tempo de trabalho extraclasses realizado sem remuneração e identificar as atividades. “Trata-se de um argumento de peso para futuras demandas judiciais”, afirma Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

## ESPAÇO JURÍDICO

## O Dano Existencial

A discussão acerca do dano existencial tem ganhado força nesses últimos anos no que diz respeito à sua coexistência no ambiente de trabalho. O dano existencial ocorre quando, em razão da conduta do empregador, o empregado deixa de forma involuntária de dar segmento a seu plano de vida, sendo-lhe negada a concretização do planejamento no âmbito afetivo, intelectual, artístico, científico, desportivo, bem como a interrupção do natural curso de sua relação familiar e social.

Observa-se seguramente que a forma mais efetiva de dano existencial se dá pela imposição de jornadas extraordinárias de trabalho além do limite legal, isso é, quando superados os parâmetros entendidos como salutar indicados na Constituição Federal.

A recente decisão proferida pelo Tribunal Regional da 4ª Região indicou ser aplicável a indenização de dano existencial a um trabalhador que de forma reiterada sofreu limitações em sua vida extralaboral pela ilícita conduta do empregador. Nesses termos, decidiu a 1ª Turma do TRT4:

*Dano Existencial. Jornada Extra Excedente do Limite Legal de Tolerância. Direitos Fundamentais. O dano existencial é uma espécie de dano imaterial, mediante o qual, no caso das relações de trabalho, o trabalhador sofre danos/limitações em relação à sua vida fora do ambiente de trabalho em razão de condutas ilícitas praticadas pelo tomador do trabalho. Havendo a prestação habitual de trabalho em jornadas extras excedentes do limite legal relativo à quantidade de horas extras, resta configurado dano à existência, dada a violação de direitos fundamentais do trabalho que integram decisão jurídico-objetiva adotada pela Constituição. Do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana decorre o direito ao livre desenvolvimento da personalidade do trabalhador, nele integrado o direito ao desenvolvimento profissional, o que exige condições dignas de trabalho e observância dos direitos fundamentais também pelos empregadores.*

Resta, por ora, aguardar que a consolidação do dano existencial se amplie a todas as categorias, em especial a de professores, que não poucas vezes são vítimas dessa conduta ilícita praticada por seus empregadores.

Departamento Jurídico  
juridica@sinprors.org.br